

Líderes só fecham contra fumo

As lideranças partidárias já se entenderam quanto a proibir o uso do cigarro em plenário, mas não sabem ainda quantas comissões permanentes irão constituir o quadro destes organismos na Câmara dos Deputados. Estes dois pontos do Regimento Interno da Casa serão definitivamente decididos hoje, quando a matéria será votada em plenário.

Em dois dias, conforme acredita o vice-presidente Inocêncio Oliveira (PFL/PE), também relator do projeto, a votação deve estar concluída e só então os parlamentares estarão proibidos de fumar durante as sessões e saberão quantas comissões estarão em funcionamento a partir do próximo ano. Talvez não haja tempo para que os deputados se utilizem de todas as normas regimentais que substituem

as atuais, pois além do recesso parlamentar que ocorre em julho, logo em seguida deve haver um recesso branco em função das campanhas às eleições presidenciais. Em todo caso, é fundamental que um novo Regimento seja promulgado, pois a Casa vem sendo disciplinada por normas adequadas a outra realidade.

Desde que a Constituição foi promulgada e o Congresso retomou suas prerrogativas, os parlamentares entenderam que a agilização do processo legislativo seria um fator fundamental para que as duas Casas conseguissem atender a todas as exigências que lhes fossem atribuídas. Para agilizar seu trabalho, os deputados pensam até em institucionalizar organismos como o Colégio de Líderes, que funcionou informalmente durante a Constituinte e ainda hoje con-

tinua servindo como instrumento de auxílio às votações. É deste colegiado informal, desenvolvido em "reunião de líderes", que saem os acordos necessários para apressar as votações em plenário.

O líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro, é contra a institucionalização do colegiado. A posição do partido, segundo ele, é a de manter o organismo da forma que está. "Se for para institucionalizar", defende, "queremos que seja instituído também o voto proporcional dentro deste Colégio, pois destas reuniões sairão decisões representativas das decisões de plenário", justifica. Para ele, o colegiado não pode ser oficializado, pois interferiria no trabalho preponderante da Mesa Diretora. "Sou a favor de uma Mesa forte e de lideranças prestigiadas", acrescenta.